

Mapa da saúde no Brasil

As informações fornecidas pelo Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL); realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com o Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo, nas capitais dos 26 estados do país e no Distrito Federal; revelam os hábitos relacionados à saúde dos brasileiros adultos (> 18 anos).

O inquérito é feito anualmente desde 2006. “Estamos construindo uma linha de base para o monitoramento dos fatores de risco de doenças crônicas não transmissíveis. A idéia é, a partir dos dados, basear as políticas públicas de promoção à saúde e prevenção de doenças não transmissíveis”, explica a coordenadora de Doenças e Agravos Não Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde, Deborah Malta.

A pesquisa consistiu em mais de 54 mil entrevistas telefônicas, com um mínimo de 2 mil indivíduos adultos. A

amostragem foi realizada a partir de cadastros das linhas telefônicas residenciais de cada cidade, onde um morador foi selecionado para ser entrevistado.

Para a análise dos dados, foram utilizados fatores de ponderação que igualam a composição sócio-demográfica da amostra em cada cidade àquela observada no Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000. Com isto, todas as faixas etárias, de sexo e escolaridade são representadas, conforme a distribuição populacional do Brasil.

As entrevistas foram feitas entre julho e dezembro de 2007 por uma equipe de 60 entrevistadores, quatro supervisores e um coordenador. Os resultados do VIGITEL mostram que, de uma forma geral, as brasileiras têm cuidado mais da saúde: alimentam-se melhor, fumam menos, são menos sedentárias, bebem menos e têm menos excesso de peso.

Por outro lado, 43,4% da população adulta estão com excesso de peso (IMC > 25), apenas 17,7% da população atendem às recomendações da OMS de comer cinco porções diárias de frutas e hortaliças, o consumo de carne com gorduras aparentes está no cotidiano de 32,8% da população e 29,2% dos adultos são sedentários.

As perguntas foram relacionadas com os seguintes tópicos: tabagismo, excesso de peso e obesidade, consumo recomendado de frutas e hortaliças, consumo de carnes com excesso de gordura, consumo de refrigerantes, atividade física no lazer, inatividade física, consumo de bebidas alcoólicas, dirigir após consumo de bebidas, auto-avaliação do estado de saúde, prevenção de câncer de colo de útero, realização de exame de mamografia, proteção contra radiação ultravioleta, hipertensão arterial e diabetes.

Fonte: Agência Saúde

Acordo Brasil-Cuba

No dia 23 de abril de 2008, foi apreciado pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados o parecer do Deputado Léo Coimbra (PMDB/ES) contrário ao PDC 346/2007, que trata do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural entre o Brasil e Cuba para reconhecimento de Títulos de Medicina expedidos por Cuba para estudantes brasileiros.

Atualmente, a lei brasileira dispõe que todos que realizam cursos de Medicina no exterior devem revalidar seus títulos em uma universidade pública brasileira, com o objetivo de garantir que os profissionais que atendem os brasileiros tenham conhecimentos necessários para o desenvolvimento desse mister.

Os médicos brasileiros, através das suas entidades nacionais, Conselho Federal de Medicina, Associação Médica Brasileira e Federação Nacional dos Médicos, defendem que todos os egressos de cursos de Medicina realizados no exterior tenham tratamento igualitário e para isso o MEC assuma o processo de revalidação desses diplomas através das Universidades Brasileiras e defina pela realização de provas anuais com este fim. Dessa forma, garantirá a isonomia entre os egressos, como também, a qualidade dos profissionais que irão prestar seus serviços à sociedade brasileira que, sem dúvida, merece o melhor.

Com a não aprovação do projeto do Deputado Léo Coimbra cria-se uma

situação especial quanto à revalidação dos diplomas de Medicina obtidos por alunos brasileiros na Escola Latino-Americana de Medicina de Cuba. Com certeza poderá gerar grandes transtornos para a qualidade da assistência à saúde oferecida à sociedade brasileira, pois quebrará a isonomia que, democraticamente, deve haver no tratamento com todos os brasileiros que estudam fora do Brasil, seja fazendo o curso de Medicina ou outro qualquer. Desse modo, provocará uma onda de ações judiciais na perspectiva de garantir tratamento igualitário para todos que fizeram Medicina no exterior.

Fonte: Diretoria da AMB